



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº _____, DE 2025

(Do Sr. Marcos Pollon).

Requer informações do Excelentíssimo Ministro da Fazenda, Sr. Fernando Haddad, para prestar esclarecimentos a respeito da implementação de um imposto de renda mínimo de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com base no art. 50 da Constituição Federal, e na forma dos arts. 115 e 116 do Regimento Interno que, ouvida a Mesa, sejam fornecidas informações a respeito da implementação de um imposto de renda mínimo de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais, conforme amplamente divulgado pela imprensa¹.

Diante da relevância do tema e de seu impacto direto sobre a economia e os contribuintes brasileiros, solicito as seguintes informações:

1. Qual a justificativa técnica e econômica para a implementação do imposto mínimo de 10% sobre rendimentos superiores a R\$ 50 mil mensais?
2. Quais estudos e projeções foram realizados para embasar essa decisão? Solicito o envio dos documentos pertinentes.
3. Como será feita a fiscalização e arrecadação desse novo tributo? Quais órgãos serão responsáveis pela sua implementação?

¹ <https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2024/11/28/haddad-explica-como-sera-imposto-minimo-de-10percent-para-quem-ganha-mais-de-r-50-mil-por-mes-entenda-a-medida.ghtml>
<https://www.terra.com.br/economia/isencao-do-ir-sera-feita-a-partir-de-cobranca-de-10-para-quem-ganha-mais-de-r-50-mil-por-mes-veja-detalhes,58d304da35f1978f4f4c4b30b40532c4iksesyr0.html>
<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2024/11/governo-lula-vai-propor-aliquota-minima-de-10-sobre-quem-ganha-mais-de-r-50-mil-por-mes.shtml>





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 16:05:45.297 - Mesa

RIC n.773/2025

4. Haverá alguma forma de isenção ou dedução para determinadas categorias ou tipos de rendimentos?
5. Qual o impacto estimado na arrecadação federal e quais serão os efeitos esperados na economia?
6. Foram consideradas eventuais consequências dessa tributação sobre a fuga de capitais e a competitividade internacional do Brasil?
7. Como essa medida se alinha às diretrizes gerais da política fiscal do governo?
8. Existe previsão de revisão periódica dessa alíquota ou possibilidade de ajustes conforme o comportamento da economia?
9. O governo estudou alternativas a esse imposto mínimo, como a ampliação da base de contribuintes ou a revisão de incentivos fiscais?
10. Há previsão de consulta pública ou debate legislativo sobre a implementação dessa nova tributação?

JUSTIFICATIVA

O governo federal anunciou a implementação de um imposto de renda mínimo de 10% sobre rendimentos acima de R\$ 50 mil mensais, conforme amplamente divulgado pela imprensa.

Acontece que tal medida impactará diretamente contribuintes de alta renda e pode ter repercussões significativas na arrecadação tributária e na economia como um todo.

A transparência na formulação e implementação de novas políticas tributárias é essencial para garantir previsibilidade e segurança jurídica aos contribuintes.

É necessário esclarecer os critérios adotados para a definição da alíquota de 10%, bem como os mecanismos de fiscalização e arrecadação previstos.

Há questionamentos sobre os possíveis impactos dessa medida na competitividade econômica e no investimento produtivo.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Apresentação: 12/03/2025 16:05:45.297 - Mesa

RIC n.773/2025

A população e os representantes eleitos têm o direito de obter informações detalhadas sobre a fundamentação técnica e os estudos que embasaram essa decisão.

O princípio da capacidade contributiva, previsto no artigo 145, §1º, da Constituição Federal, deve ser respeitado na elaboração de qualquer nova carga tributária.

A eventual inclusão de novas regras de tributação deve observar a legalidade, a razoabilidade e a justiça fiscal.

Há necessidade de esclarecimentos sobre eventuais isenções, deduções e outras medidas compensatórias que possam ser aplicadas.

Dessa forma, o impacto dessa tributação sobre profissionais liberais, empresários e outras categorias econômicas deve ser analisado em profundidade.

Certos da compreensão e do compromisso desta Casa Legislativa com a fiscalização de interesse público, solicitamos a inclusão deste requerimento na pauta de deliberações, para que possamos avançar na busca por respostas e soluções.

Sala das Sessões, em ___ de janeiro de 2025.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

